

REFLEXÕES SOBRE A POSSÍVEL DIFUSÃO DE UM MODELO DE LAZER A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.¹

Keni Tatiana Vazzoler Areias²
Carlos Nazareno Ferreira Borges³

Resumo

O presente texto se refere às reflexões iniciais de uma pesquisa que pretende analisar, a partir de um levantamento de artigos publicados em Congressos, Seminários e Revistas, a respeito de políticas públicas de Lazer em todo o Brasil no período de 1988 a 2009, as possíveis contribuições que tais produções trouxeram para o processo ainda em curso de consolidação do Lazer enquanto direito social. A análise será fundamentada no referencial teórico marxista, especialmente a partir das contribuições de estudiosos gramscianos.

Palavras-chave: *Lazer, Políticas Públicas, Direito Social.*

Apresentação

O presente texto se refere às considerações de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, que pretende investigar, a partir de um levantamento das produções acadêmicas acerca das políticas públicas de Lazer em todo o Brasil no período de 1988 a 2009, as possíveis contribuições que tais produções trouxeram para o processo ainda em andamento de consolidação do Lazer enquanto direito social.

Os estudos acerca do lazer no Brasil vêm se desenvolvendo consideravelmente, em especial a partir da década de 1990. O diagnóstico realizado por Peixoto (2007) relata a distribuição da produção ao longo dos anos, bem como a natureza dessa produção.

¹ Este projeto é financiado pela Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES), por meio de bolsa de Pós-Graduação (Mestrado).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: kenivazzoler@yahoo.com.br.

³ Professor Adjunto da UFES e Professor do PPGEF. E-mail: carlosnazareno@ufv.br.

Por meio de um levantamento minucioso do estado da arte no que tange ao objeto investigado, a autora identificou a possibilidade de dividir a produção como um todo em quatro ciclos.

O primeiro ciclo abrange o período de 1891 até 1968 e conta com 77 trabalhos publicados, o que resulta em uma média de 0,87 trabalhos por ano. O segundo ciclo (1968-1979) conta com a publicação de 89 trabalhos nessa mesma temática, resultando na média de 8,1 por ano. O terceiro ciclo (1979-1989) foi marcado pela publicação de 125 trabalhos, alcançando uma média de 12,5 trabalhos por ano. O quarto ciclo, que se inicia em 1990 e chega à época atual, está marcado pela produção de 2.383 trabalhos até o ano de 2007, gerando uma média de 140,2 trabalhos por ano.

Esse crescimento do estado de produção como um todo a partir da década de 90 e, em especial da literatura acerca das políticas públicas, nos remete a pensar na natureza da produção, de como esta nos ajuda a compreender a realidade, dando os subsídios teóricos para a intervenção.

O período escolhido como objeto de nosso estudo, não apenas coincide com o quarto ciclo da produção acadêmica sobre o lazer recortado por Peixoto (2007), mas relaciona-se também com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que legitima o lazer como direito social e, portanto, alvo obrigatório da ação do Estado por meio de políticas públicas.

É a legalidade deste direito que tem justificado grande parte da produção acadêmica e até mesmo a conquista de financiamento junto ao Poder Público por parte de grupos de pesquisas que se ocupam da temática.

Partindo das reflexões de Peixoto (2007) e de estudos anteriores realizados pelo Centro de Estudos das Práticas Sociológicas e Estudos Olímpicos (CESPCEO), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)⁴, delimitamos como foco de investigação a produção acadêmica publicada desde 1988, buscando a análise das possíveis contribuições geradas por estas, para a consolidação do lazer enquanto direito social.

Para tanto, mapeamos os principais periódicos do campo do lazer, bem como os eventos mais aderidos pelos estudiosos vinculados à área da Educação Física. Dessa forma, chegamos às seguintes fontes para análise: Revista Licere, que é o único periódico específico sobre o Lazer no Brasil; Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Revista Movimento, Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL); Coletâneas do

⁴ AREIAS ET AL(2009); BORGES ET AL (2009); TONINI; BORGES; AREIAS (2009); BORGES; CABRAL; SILVA (2009), entre outros.

Seminário “O Lazer em Debate”; Anais das edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Todas as fontes foram acessadas somente a partir do ano de 1988.

Nestas fontes, procuramos identificar os artigos completos publicados, referentes à pesquisas que visaram analisar ou avaliar uma política pública de lazer implementada nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Após separados, foram categorizados seguindo as orientações de Souriox & Lerat (2002) a fim de entendermos e explicitarmos os conceitos de Lazer, Estado, Políticas Públicas de Lazer, Cidadania, Direito Social, Participação Social que aparecem no texto, no intuito de que possam fornecer subsídios para uma análise rigorosa da concepção de homem, de mundo e de sociedade que tem fundamentado a produção teórica no campo lazer.

Entendemos que os estudos do lazer estão inseridos em um contexto maior da produção intelectual no Brasil e no mundo, expressando assim os conflitos sociais presentes na sociedade, influenciando o conjunto de conhecimentos difundidos em uma época, enquanto a própria produção é influenciada pela ideologia hegemonicamente dominante. Nesse sentido, as preocupações que se transformam em foco de investigação, são aquelas previamente identificadas como importantes para o desenvolvimento social, econômico e cultural e, só por isso, adquirem status de “problema científico”.

Por outro lado, não negamos a relativa autonomia que a produção científica pode adquirir, autonomia que permite o questionamento da ideologia dominante, promovendo valores sociais contra-hegemônicos, ou conhecimentos que respaldam uma atuação social revolucionária.

Peixoto (2007) contribui significativamente com essa reflexão, ao sustentar a vinculação direta dos estudos do lazer no Brasil com o momento político vivenciado e, especialmente, com o modo de produção e reprodução da força de trabalho característica do Capitalismo. Sendo assim, sua análise nos coloca que a questão fundamental em todos esses anos de produção acadêmica, esteve muito mais vinculada à pura ocupação do tempo livre do trabalho, que à idéia de um lazer com fim em si mesmo.

Tal afirmação nos aproxima do entendimento de que para falar de lazer, é preciso discutir o modo como se organiza o trabalho em nossa sociedade, e as exigências decorrentes de tal modo de organização da produção quanto às condições de vida do trabalhador.

É por meio de uma análise crítica e radical da sociedade e da natureza de classe do Estado que podemos perceber de que forma as políticas públicas para o lazer no Brasil estão profundamente associadas ao esforço de manutenção do equilíbrio social.

Somente essa análise rigorosa pode ajudar a explicar qualitativamente a produção acadêmica acerca das políticas públicas de lazer no Brasil, demonstrando em que contexto é produzida, sobre que fundamentos teóricos é erigida e a que classe social favorece. Afinal, não podemos falar em uma massa homogênea de cidadãos, alvo de políticas públicas universais, pois a constituição da sociedade carrega em si não apenas a diversidade, mas principalmente a desigualdade inerente ao modo Capitalista de produção.

Nesse sentido, trazemos algumas das principais categorias teóricas gramscianas para nossas reflexões. Isso porque acreditamos que não se pode ignorar o papel fundamental da ideologia na conformação e adequação do que é produzido enquanto trabalho intelectual e tomado como referência na organização social no seio da sociedade civil. Sendo o Estado ampliado, formado pela sociedade civil e sociedade política, tem sua unidade garantida pelos intelectuais que asseguram a homogeneidade do bloco histórico para o exercício de sua direção política e intelectual. O Estado revela-se, pois, como o conjunto da atividade desse grupo social particular, entendidos como “agentes” da classe dominante. (GRAMSCI apud PORTELLI, 1977)

O desenvolvimento do bloco ideológico é a maior prova da hegemonia da classe dirigente. Pela hegemonia, a classe fundamental dirige a sociedade pelo consenso, obtido pelo controle da sociedade civil, graças à difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais.

Analisar a produção acadêmica significa analisar a concepção de mundo que está sendo difundida hegemonicamente. Mas, também representa revelar o movimento contra-hegemônico, que pode tencionar ideologias amplamente aceitas e desequilibrar uma sociedade que aparentemente está em homeostase. Contribuir para a consolidação do lazer enquanto direito social, torna-se aqui o dever daqueles que o compreendem como a manifestação do reino da liberdade em superação dialética ao reino da necessidade.

Um Tempo Livre na medida certa para o Capital

O pilar de sustentação das discussões acerca do Lazer tem sido, em especial, o fato de que este se constitui enquanto direito social, presente no Art. 5º da Constituição Federal de

1988. Para compreender o que isso acarreta, faz-se necessária uma breve caracterização de como surgem os direitos sociais e como estes se relacionam com a concepção acerca do papel do Estado na organização social.

Um dos primeiros sociólogos a abordar essa categoria foi Marshall (1967), e fez isso ao propor que a essência da cidadania seria um conjunto de direitos que poderiam ser divididos em três grandes categorias: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Cidadania civil seria composta pelos direitos necessários à liberdade individual e igualdade perante a lei. A cidadania política se refere ao direito de votar e poder ser votado, e a participação direta ou indireta das instituições políticas. E, por fim, cidadania social seria o direito dos indivíduos de poder desfrutar, plenamente, da herança social, levando a vida de um ser civilizado seguindo os padrões predominantes de determinada sociedade.

Se na Inglaterra, Marshall analisa que a consolidação dos direitos civis levou ao aumento dos direitos políticos e, por fim, favoreceu a ampliação dos direitos sociais devido ao poder adquirido pelo povo, Carvalho (2002) demonstra que em solos brasileiros foram os direitos sociais os primeiros a se consolidarem, ainda que de maneira bastante imatura e incompleta.

O autor sustenta esse posicionamento ao defender que grande parte das decisões importantes do país foi construída sem a intensa participação popular, e cita eventos como a Independência do Brasil, a instauração da República, a Revolução de 1930, o Golpe de 1964, entre outros acontecimentos que não envolveram a participação direta da população.

Diante dessa realidade, teria se estabelecido aqui a idéia de que é com cautela e negociação que as coisas de fato acontecem. Todo movimento contrário à ordem seria visto como perturbação da paz, além de associado à vagabundagem e baderna e, a idéia de participação que sustenta a concepção de democracia brasileira, acaba sendo distorcida.

Paterman (1992) afirma que a teoria participativa defende a experiência de participação como algo que desenvolve e forja a personalidade democrática, isto quer dizer que quanto mais se cria a cultura de participação, mais preparados os indivíduos estarão para tomar decisões e contribuir na condução da sociedade como um todo. Exercer a cidadania pressupõe o envolvimento, praticar o poder e a responsabilidade de pensar, refletir, agir.

A discussão acerca do lazer ganha importância se for pensada a partir do exercício da participação e da busca por cidadania. Ao analisar o modo como adquire importância na sociedade as questões referentes ao tempo livre do trabalhador, Padilha (2000) analisa que a

importância dada ao fator “tempo” é algo construído historicamente e influenciado diretamente pelo modo de produção vigente.

As concepções de tempo são formuladas a partir de processos materiais de produção na sociedade e, como as práticas de produção mudam historicamente (no tempo) e geograficamente (no espaço), a própria noção de tempo e espaço também muda. Nesse sentido, Gaelzer (1979, p. 46) enfatiza que “quando o homem trabalhava de 12 a 14 horas por dia, sete dias na semana, o problema de uso do tempo livre nem existia”.

Com a implementação das novas tecnologias, bem como devido às conquistas da classe proletária (como a redução da jornada de trabalho), passa a haver uma reconfiguração do tempo, e o conseqüente aumento do tempo livre. Contudo, em uma sociedade cuja racionalidade econômica é capitalista e para a qual “tempo é dinheiro”, seria possível um tempo livre cheio de sentido, diferente da lógica enfatizada pelo capital?

Acerca das possibilidades do lazer, Padilha (2000) argumenta que o capitalismo como um sistema fundamentalmente totalitário rege as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador. Enquanto os neoliberais apresentam em discurso o ócio como libertação, na prática tomam o ócio como um dos mecanismos de reforço da exploração, assumindo de maneira dissimulada o controle sobre o tempo alheio.

Mascarenhas (2003, p.15) avalia que o observado interesse crescente no tempo livre do trabalhador, constitui-se e culmina na busca pela regulamentação dos espaços e das práticas a serem realizadas por ele, tornando o lazer como um “componente funcional imprescindível ao equilíbrio social”.

Enquanto o Lazer se apresenta como “forma dominante de apropriação do tempo livre na contemporaneidade, expressão das determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo capitalismo”, o ócio seria a ausência de qualquer traço prático-material condizente com o capital (MASCARENHAS, 2006, p.94).

Sendo assim, a experiência totalmente desprendida da utilidade prática, vislumbrado na busca da contemplação e da pura criação que se constitui no ócio, é algo cada vez mais irrealizável nesta sociedade. A mercadorização do lazer se coloca como uma barreira evidente para a conquista deste enquanto direito social, tornando-se importante o reconhecimento de alguns elementos que envolvem tal processo.

Para essa discussão, Padilha (2006) ressalta a formação de uma nova identidade dos indivíduos a partir da mundialização da economia. Para a autora, com esse processo de

globalização, há uma perda gradativa da identidade de ser social e, homens, mulheres e crianças passam a ser uma classe uniforme de consumidores que apresentam uma falsa idéia de liberdade.

A reificação do homem e o fetiche da mercadoria são alguns dos elementos fundamentais na formulação da personalidade dos homens e mulheres da modernidade e que vivenciam o seu lazer no tempo-livre. Estando o homem absorvido pelas necessidades geradas pelo crescimento contínuo de seu próprio consumo, seu tempo destina-se à conquista de objetivos individualistas e que focam muito pouco nas conquistas coletivas, comprometendo, sobretudo, o engajamento e a participação sociais.

O lazer, assumindo também a face da mercadoria, passa a ser mais uma expressão do empobrecimento do homem, que se torna unilateral na apropriação daquilo que produz, especialmente como consequência da propriedade privada, como destaca Marx:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc, enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apresente todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da *propriedade privada*: trabalho e capitalização. [] O lugar de *todos* os sentidos físicos e espirituais, passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter* (...). (MARX, 2004, p. 108)

É no momento do lazer que se pode lançar mão dos instrumentos adquiridos para propor novas formas de se relacionar com o mundo e com as pessoas, a educação estética. Pode se tornar o tempo de organizar e de refletir sobre ações outrora automatizadas, alienadas.

É nesse sentido que Mascarenhas (2000, p. 17) vislumbra o lazer como: “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassados por relações de hegemonia”. A hegemonia pode ser aqui relacionada com o conceito gramsciano de hegemonia, presente nas relações existentes no seio do Bloco Histórico.

Ao caracterizar a sociedade civil, Gramsci apresenta três aspectos pelos quais pode ser considerada: como ideologia da classe dirigente, abrangendo todos os ramos da ideologia; como concepção de mundo, difundida em todas as classes sociais; e ainda, como direção ideológica da sociedade, articulando-se com a ideologia propriamente dita, a estrutura ideológica (organizações que a criam e difundem) e o material ideológico (PORTELLI, 1977).

Sendo a ideologia relacionada a uma concepção de mundo que se manifesta em todos os níveis da sociedade, esta se propaga à medida que se desenvolve a hegemonia do grupo dirigente sobre todas as atividades. Nesse sentido, a própria ciência é parte integrante da superestrutura, não estando, portanto, isenta da ideologia.

O papel desempenhado pelos intelectuais é de extrema importância para a difusão de uma concepção de mundo que reserva ao lazer um espaço privatista, de menor importância na esfera pública, que deve ser controlado e equilibrado pelo mercado, já que não se encaixa como necessidade de subsistência, essa sim devendo ser garantida pelo Estado Mínimo.

Construindo possíveis apontamentos...

Analisar a produção acadêmica significa analisar a concepção de mundo que está sendo difundida enquanto pensamento hegemônico da classe dirigente. Mas, também representa revelar o movimento contra-hegemônico das classes subalternas, aquele que pode tencionar ideologias amplamente aceitas e desequilibrar uma sociedade que aparentemente está em homeostase.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, cuja conclusão está prevista para dezembro de 2010, até o momento foi realizada a categorização de cerca de 85% dos artigos coletados a partir do instrumento desenvolvido por nós para captar nos textos alguns conceitos como cidadania, direito social, participação social, políticas públicas, lazer, entre outros.

Como optamos por realizar a análise dos dados após a conclusão da totalidade da categorização e do maior aprofundamento possível da literatura, até o momento não pretendemos arriscar em conclusões precipitadas. Contudo, os indicativos apontam para uma produção acadêmica que apresenta conceitos contraditórios, dificultando a consolidação da idéia de direito social como conquista e como potencial instrumento de igualdade social.

Se por um lado, no decorrer dos anos surge cada vez mais forte a discussão acerca da participação social como pressuposto de cidadania, por outro, ainda não se conseguiu o equilíbrio necessário entre a participação da sociedade civil e a manutenção da obrigatoriedade do Estado na garantia de tais direitos. Tal movimento caminha em conformidade com o projeto alternativo da Terceira Via, que busca a superação da polarização histórica entre Liberalismo e Marxismo.

Sobre esse assunto, Neves et al abordam a participação da sociedade civil e dizem que:

Assim, a “sociedade civil ativa”, enquanto espaço de coesão e de ação social, localizada entre o aparelho de Estado e o mercado, deve tornar-se instrumento de resgate das formas de solidariedade entre indivíduos, perdidas pela separação dos homens em classes sociais, e de renovação dos laços entre os diversos grupos, de maneira a mobilizar o conjunto da sociedade numa única direção. Ao invés de tensões e disputas entre ideologias, manifestação típica do “mundo das polaridades”, prevaleceria o colaboracionismo e a liberdade de escolhas individuais. (2010, P. 129)

Em outras palavras, se entra a sociedade civil em cena, muitas vezes o Estado é desresponsabilizado, o que abre espaço para o terceiro setor e, na esteira da abertura o setor privado ganha espaço para a consolidação de um lazer-mercadoria. Nesse sentido, ao tentar fortalecer a idéia de Estado de Bem-Estar Social, quem sai fortalecido é o projeto Neoliberal e seu Estado Mínimo.

Foi observado também que alguns trabalhos já mostram grande atenção para esse risco e alertam para a necessidade de encontrar o equilíbrio entre o papel da sociedade civil e da sociedade política. Mas, essas são apenas considerações embrionárias, passíveis de maiores reflexões, que podem ocasionar ajustes profundos.

Referências

- AREIAS, K. T. V. ; BORGES, C. N. F. ; TONINI, G. T. ; NERY, P. C. . As Políticas Públicas de Lazer na mediação entre Estado e Sociedade: possibilidades e limitações. In: Anais do XVI CONBRACE/ III CONICE, 2009, Salvador. Goiânia/ Campinas : CBCE/ AUTORES ASSOCIADOS, 2009.
- BORGES, C. N. F. ; AREIAS, K. T. V. ; CABRAL, L. R. ; TONINI, G. T. . **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo: Políticas de Governo X Políticas de Estado.** In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e controvérsias, 2009, Rio de Janeiro: SBS/UFRJ, 2009. p. 191-211.
- BORGES, C. N. F. ; CABRAL, L. R. ; SILVA, S. C. . **Representações de Esporte/Lazer em Projetos Sociais: Um Olhar sobre o Programa Segundo Tempo em vitória ES.** In: Coletânea do X Seminário O Lazer em Debate, 2009, Belo Horizonte: CELAR/UFMG, 2009. p. 115-123.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre, Sulina, 1979.

- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. De Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. Dissertação de Mestrado, Campinas: FEF/Unicamp, 2000.
- MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de Liberdade**. Goiânia-GO, UFG, 2003.
- MASCARENHAS, F. in PADILHA, V. (org.) Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do Lazer. **Dialética do Lazer**. São Paulo-SP, Editora Cortez, 2006.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Direita para o Social e Esquerda para o Capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP, Alíneas, 2000.
- _____. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 224p
- PATERMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça . Estudos do lazer no Brasil : apropriação da obra de Marx e Engels. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Editora Paz e Terra, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1977.
- SOURIOUX, J. L.; LERAT, P. **Análise de texto: método geral e aplicações no direito**. Tradução: Joana Canêdo. São. Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TONINI, G. T. ; BORGES, C. N. F. ; AREIAS, K. T. V. . **Esporte e Lazer na Cidade de Vitória/ES: Um Olhar a partir de Atores Representativos da Sociedade**. In: Coletânea do X Seminário O Lazer em Debate, 2009, Belo Horizonte: CELAR/UFMG, 2009. p. 320-328.